



Instituto**Pólis**

**Dimensões de Gênero no Manejo de Resíduos Domésticos  
em São Paulo**

**FASE III**

***Instituto Pólis e SOF<sup>1</sup>***

---

<sup>1</sup> Análises de Elisabeth Grimberg - Coordenação Executiva e de Ambiente Urbano do Instituto Pólis e Maria Lucia da Silveira – Assessoria de Gênero - SOF, Doutora em Sociologia pela PUC - São Paulo.

## Índice

<b>1.</b>	<b>Introdução</b>	4
	1. Questões centrais resultantes do <i>Tallers</i>	4
<b>2.</b>	<b>Aspectos relevantes do ponto de vista de gênero presentes no <i>talleres</i> – relação entre o espaço doméstico e o espaço do trabalho remunerado</b>	5
	1. A qualificação das catadoras para a triagem e a divisão sexual do trabalho	6
	2. Pressões no cotidiano das catadoras e seu lugar na divisão sexual do trabalho	7
	3. Horários flexíveis de trabalho	8
	4. Limites da visão sobre a violência contra as mulheres	11
	5. Impacto das iniquidades de gênero na saúde das catadoras	12
	6. As catadoras como impulsionadoras da consciência ambiental	12
	7. As cooperativas de catadores como opção de trabalho na cadeia de reciclagem	13
	8. O papel das políticas públicas	14
	9. Repertório de propostas de ação a partir da experiência dos atores que atuam no setor	15
<b>3.</b>	<b>Estudo de caso</b>	17
	1. O caso do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR	19
	2. O caso de HABI Social	20
	2.1. Origem e andamento da experiência no Sítio Jaraguá	20
	2.2. O caso do Residencial Parque do Gato e Olarias	25
	2.3. O papel das catadoras e pistas sobre a inserção da dimensão de gênero	26
<b>4.</b>	<b>Principais questões abordadas pelos gestores de secretarias municipais</b>	29
<b>5.</b>	<b>Elementos para um modelo de coleta seletiva com equidade de gênero</b>	31
	1. Introdução	32
	2. Concepção do modelo	34
	3. Implementação do programa	35
	4. Acompanhamento e avaliação do programa	35
<b>6.</b>	<b>Recomendações para políticas de resíduos sólidos urbanos com equidade de gênero</b>	35
	1. Capacitação	36

2. Estratégias de ação	37
<b>7. Referências bibliográficas</b>	<b>40</b>
<b>8. Anexo</b>	<b>41</b>

## **1. Introdução**

### **1.1. Questões Centrais Resultantes dos Talleres**

Esse capítulo irá apresentar as questões centrais resultantes do conjunto dos talleres realizados ao longo da pesquisa, dado que os conteúdos relevantes identificados no estudo apareceram de forma interligada.

Foram realizados quatro talleres ao longo da pesquisa (fora a reunião para a devolutiva para as catadoras que participaram das entrevistas):

*Taller 1* - com especialistas em gênero ativistas do movimento de mulheres;

*Taller 2* - com lideranças do MNCR (estudo de caso);

*Taller 3* - com gestores/as da Secretaria Municipal da Habitação (estudo de caso);

*Taller 4* - com gestores de diversas Secretarias Municipais: Trabalho e Desenvolvimento Econômico; Limpurb- Secretaria Municipal de Serviços; Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; Secretaria Municipal da Habitação; Secretaria Municipal da Saúde; Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência que pertencente à Coordenadoria da Mulher da Secretaria Municipal de Participação e Parceria (*taller* de validação com gestores).

## **2. Aspectos relevantes do ponto de vista de gênero presentes nos talleres - relação entre o espaço doméstico e o espaço do trabalho remunerado**



Uma das questões centrais que estruturam as relações de gênero aparece de imediato nos debates realizados nos *talleres* (e nas entrevistas). Trata-se da desigual divisão sexual do trabalho na qual as catadoras aparecem com a sobrecarga de terem de “conciliar” e subordinar a rotina de seu trabalho aos afazeres doméstico e de cuidados. Isso se evidencia na dimensão do uso do tempo, onde fica claro que as catadoras trabalham muito mais e não tem praticamente tempo livre. Quase todas se dão conta de que trabalham em média 12 horas por dia, sem contar o ir e vir do local de trabalho, atividade em que homens e mulheres levam cerca de 2 horas por dia, sendo que a maioria faz o trajeto a pé.

Especialmente as catadoras que têm filhos pequenos condicionam o seu trabalho às chamadas tarefas com os cuidados dos filhos e o trabalho doméstico, invisível socialmente, pois não visto como trabalho. Isso, sem dúvida, constrange suas possibilidades de trabalho remunerado e o espaço em que circulam quando realizam a coleta de materiais recicláveis se são catadoras avulsas ou mesmo quando atuam em cooperativas. O uso do tempo nos espaços o privado e o público (trabalho doméstico e trabalho para o mercado) é um indicador central desse constrangimento resultante da atual divisão sexual do trabalho que impacta também o seu trabalho remunerado e as suas condições de trabalho.

No mercado de trabalho tradicionalmente se paga menos para as mulheres, pois não são vistas como profissionais completas, como trabalhadoras, mas como ajudantes ou coadjuvantes do trabalhador provedor que é o homem. Ignora-se o aprendizado e a participação cotidiana da mulher como provedora de habilidades que merecem valorização, o que é perceptível também nessa pesquisa com as catadoras.

O nó crítico da divisão sexual do trabalho que aparece muito com relação à coleta seletiva é à divisão das atividades: os homens valorizam mais o sair coletando, pegar peso, prensar, negociar e vender e se consideram mais preparados para isso e as mulheres se situam nas tarefas de triagem, o que exige mais dedicação e atenção e também que fiquem tempo maior num determinado local. Essa divisão costuma ser naturalizada.

### **2.1. A qualificação das catadoras para a triagem e a divisão sexual do trabalho**



Esse é um nó crítico do trabalho de catadoras e catadores: a habilidade e a predisposição das mulheres para as tarefas de seleção fina dos materiais recicláveis, exigida pelas indústrias de reciclagem, resultam da árdua socialização das mesmas. No entanto, essas qualificações são naturalizadas, em parte pelas próprias mulheres e homens que ao fazê-lo desvalorizam esse trabalho na cadeia produtiva da reciclagem. Essa qualificação, ao ser considerada como própria do feminino, faz com que seu valor seja considerado menor material (bens produzidos que geram valor no mercado) e simbolicamente.

Já os homens não gostam de triar, de ficar parado na mesa, preferem e podem ter mais acesso à rua, um lugar de sociabilidade também valorizado pelas catadoras - elas mencionam não terem condições de “ir mais longe” devido aos compromissos com os filhos e também companheiros. Algumas catadoras (que participaram do *taller* do grupo que realizamos com lideranças das catadoras e do MNCR), que trabalham em cooperativas e não saem mais com frequência nas ruas para a coleta, afirmaram “sentir falta da rua, das novidades, da informação rápida e visual, de onde acontece de tudo”. Assim, indicaram que, ao menos aquelas que não atingiram os 40 anos principalmente, consideram atrativo o rodízio de tarefas que algumas cooperativas já promovem: sair com o caminhão, ir aos pontos de coletas ou ecopontos são valorizados por elas. Várias delas consideram triar importante, outras já consideram natural e não têm preferência. O que se ressaltou é que todas as catadoras são, na prática multi-tarefas, e os homens querem se especializar numa determinada função.

A qualificação das mulheres para a triagem é também reconhecida pelos representantes de indústrias recicladoras, embora o que ocorra é a chamada “funcionalização das mulheres”: ao dizerem que as mulheres são naturalmente “caprichosas”, dedicadas e boas selecionadoras de materiais se esquivam de pagar melhor pelo trabalho de triagem que é fundamental no processo de reciclagem.

No debate com o grupo de especialistas houve um momento em que se indagou se a triagem era ou não central: se ela agregaria mais ou menos valor no processo de recuperação de resíduos sólidos ou se seria a negociação, na etapa de comercialização, o principal elemento do processo, o mais valorizado e, portanto, a atividade considerada masculina e na prática onde predominam os homens.

Ao final do debate ficou claro para nós que a triagem e seleção fina de materiais recicláveis é condição central e *sine qua non*, sem a qual o processo de reciclagem não se realiza de forma adequada.

Sabemos que os homens também trabalham com a segregação em várias cooperativas, mas quando têm outras tarefas e podem, evitam fazê-la. Homens avulsos que trabalham com a esposa indicam que elas ficam mais na separação e que eles ficam mais com o peso e a “movimentação”, no dizer de um deles, ao se referir ao seu deslocamento na região central da cidade.

As catadoras reconhecem que é necessário haver “mudança de hábitos” tanto com relação às tarefas remuneradas quanto às tarefas domésticas. São poucas as catadoras que dizem repartir com os filhos ou com os parceiros parte do trabalho doméstico. Algumas relatam que os mesmos ajudam. Como a maioria das entrevistadas são as chefes de família, mesmo tendo um parceiro, que em geral não é o pai dos filhos, pois são de união anterior, elas acabam por justificar que são elas que devem encarregar-se de tudo e serem as responsáveis pelo maior provimento de recursos. Em alguns poucos casos compartilham a chefia conjugal. Os arranjos familiares são mais ou menos tradicionais de acordo com o aporte da mulher e o número de filhos.

## **2.2. Pressões no cotidiano das catadoras e seu lugar na divisão sexual do trabalho**

A sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados não é, frequentemente, objeto de questionamento, mas é uma problemática que decisivamente pressiona o cotidiano dessas mulheres, seja no sentido de pressão psíquica sobre seu tempo, seja no cansaço extremo do acúmulo de tarefas, tão mais grave, dadas as condições de trabalho sobretudo das catadoras que saem nas ruas com carroças ou carrinhos etc.

Essa sobrecarga de trabalho e as metas de coleta, quando ela é feita por quantidade produzida, é bastante perversa para ambos, homens e mulheres, mas especialmente para as

mulheres chefes de família, visto que mesmo sem poder, carregam um peso que ultrapassa as condições de sua constituição física.

### **2.3. Horários flexíveis de trabalho**

A necessidade de flexibilidade dos horários de trabalho é uma questão que está, maiormente, colocada pela mulheres, sejam catadoras avulsas, sejam organizadas em cooperativas, por serem elas que cuidam dos filhos/as, pelas razões já amplamente tratadas nesse estudo. As soluções que serão apresentadas a seguir pelas catadoras devem ser consideradas numa perspectiva de transição e em caráter emergencial, e, portanto, o fundamental é a continuidade do processo de luta por direitos, que garantam às mulheres condições equânimes de trabalho e de vida, ou seja, políticas públicas que assegurem creches, educação para crianças e adolescentes em tempo integral, refeitórios coletivos e a preços acessíveis etc. A ideia aqui é trazer o leque de saídas encontradas pelas organizações de catadores/as para fazer frente a essa ausência de equipamentos públicos que tragam condições dignas de trabalho e de bem viver para as mulheres que hoje assumem, em sua maioria, praticamente sozinhas, o cuidado especialmente de seus filhos/as, inclusive em detrimento do cuidado de si próprias.

Assim, um segmento expressivo dos catadores atua de forma individual e não em associações ou cooperativas, em parte pela falta de um sistema público de coleta e triagem de resíduos que integre os catadores e, em outra parte, pelas dificuldades que especialmente as mulheres avulsas têm para cumprirem horários mais definidos. As trabalhadoras avulsas tornam-se reféns da lógica de comercialização dos intermediários e também estão sujeitas a repressões pelo poder público que, em muitas vezes, funciona com a visão de higienização social (eliminação da presença dos catadores e moradores de rua dos locais considerados mais nobres da cidade). As mulheres, como já dito, são as que assumem as tarefas de cuidar dos filhos - buscá-los na escola, levá-los ao médico, cozinhar, etc. – e, portanto necessitam trabalhar em condições de maior flexibilidade, caso das catadoras avulsas e organizadas. Isso fica explícito no depoimento de uma liderança do MNCR, Guiomar Santos, quando trabalhava na rua, que participou de *taller* realizado com a presença de Gustavo Riofrio, coordenador geral dessa pesquisa (Desco, Peru).

*“... (faço meu horário) com flexibilidade, eu vou das sete às oito, igual quando eu iniciei catando, eu catava das quatro às dez da noite, se precisasse estender (estendia), mas eu sabia que das oito ao meio dia eu tinha que levar minhas filhas na escola, deixar almoço pronto e às quatro horas eu saía.”*

Mas, é importante destacar que diversas associações e cooperativas passaram a adotar um regime flexível de trabalho, em que se define regras e horários que contemplam as necessidades das mulheres e, eventualmente, de homens também. Como podemos perceber no depoimento a seguir, feito na mesma ocasião mencionada acima:

*“... vamos supor, seria uma Coopere com os horários com flexibilidade, organização e regra, por exemplo, a Val (catadora presente no taller) pode trabalhar da uma (hora da tarde) às sete (da noite)...e a gente vai respeitar esse horário dela, só que ela tem uma meta à cumprir, mas é aquele horário. Aquele período ela tem que respeitar e aquele horário, (tem que) fazer umas regras básicas, mas com (contemplando) flexibilidade dela.”*

Quando as catadoras estão organizadas em cooperativa ou associação também existem modalidades de trabalho que permitem flexibilidade de horários: uma delas é quando as catadoras saem com suas carroças para coletar os materiais e que depois são segregados em boxes (espaços separados), em que cada catador/a faz seu horário e depois comercializa e recebe segundo sua produtividade (em geral nessas organizações os catadores/as contribuem com uma porcentagem para um fundo para cobrir gastos comuns).

*“... na Cooperglicério também tem essa questão, cada um tem os seus boxes, quem trabalha vem de coletivo (organização), é uma cooperativa, mas cada um tem os seus boxes, cada um faz o seu horário e funciona.”*

Outra modalidade é um sistema de compensação coletiva das horas não trabalhadas de uma pessoa que tenha precisado sair antes de cumprir seu horário integral ou tenha faltado um dia do trabalho. Um grupo de pessoas do coletivo rateia as horas da pessoa que se ausentou, ou seja, cada uma trabalha uma quantidade a mais de tempo (20 a 30 minutos) para cobrir o total das horas não trabalhadas dessa catadora ausente.

*“... é assim, a gente compensa, por exemplo, eu tenho médico ou eu tenho que levar meu filho ou alguém passou mal à noite, então, as demais (colegas) fazem 15, 20 minutos (a mais) ou tiram do (horário de) almoço ou tira do (horário de) café e compensa aquela colega. Nós compensamos aquela colega que tá faltando porque lá...além da gente não ter espaço, nós não temos espaço pra armazenar...nós não temos onde guardar, é muito pequeno. Então, as caçambas chegam e tem que carregar e já mandar embora porque senão fica aquele tumulto.”*

Ainda outra modalidade configura-se pela adoção de horários diferenciais de trabalho para contemplar a necessidade das catadoras de atenderem seus compromissos fora da

cooperativa. Além disso, em algumas cooperativas ou associações é adotada uma regra que estabelece uma licença remunerada por dois dias de ausência, mediante a apresentação de um documento que justifique a falta (declaração da escola da criança, um atestado do centro de saúde etc). O depoimento a seguir explica como funciona essa modalidade:

*“Na Coopere a gente não tem esse problema porque as mães, elas tem um horário, sabe, diferencial. Elas entram mais tarde e saem mais tarde, seria das oito às quatro. Se elas têm que sair pra levar o filho no médico, então elas vão e levam o filho no médico, trás uma justificativa, elas não perdem, certo? Reunião de escola como a Val tava dizendo, então tudo isso trouxe uma declaração não tem problema nenhum, certo? Então nós não sofremos esse problema com saída, com mãe, com nada, entende? Se a criança ficar internada e não tiver quem fique com a criança, ela pede uma licença, é concedida a licença, é pago dois dias e o restante fica como licença, então a gente não tem esse problema na Coopere.”*

E, por fim, segundo depoimento de Guiomar, existe grupos que adotam essa mesma regra, mas se for necessário mais de dois dias de ausência, pagam metade do valor de cada hora que a catadora trabalharia.

Um outro aspecto que veio junto com a questão da flexibilidade do horário de trabalho foi a constituição de uma rede de apoio à comunidade (em torno da associação ou cooperativa) para dar suporte permanente às crianças e adolescentes filhos/as de catadores (e também aos idosos).

*“... nós como catadores e pessoas alí, a gente se preocupa com essa situação das crianças. Hoje mesmo que cheguei essa hora porque as crianças chegam da escola meio dia, das sete ao meio dia e essas crianças quando chegam na casa e sendo (da associação) perto da associação eu estou sempre por perto pra receber essa criança ou lá na casa da mãe ou lá na casa onde está o pai, onde tem que ficar essa criança. Então eu acho que isso é uma situação que a gente tem que pensar muito, na mãe, na comunidade e estar resolvendo junto a situação porque não adianta eu falar assim: ‘...eu vou representar meu filho’ e o filho da outra?...e a situação daquela escola, que meu filho, hoje, meu neto estudam?...tem outras crianças também que estão nessa situação. Então eu acho que nós mulheres tanto catadoras, como... professora mesmo...(tem que ter uma relação) mais ampla: da casa pra escola e da escola pra comunidade, né, porque toda criança tem que estar na escola, então porque toda criança tem que estar na escola, a comunidade é responsável por isso... na escola a gente faz isso e lá em torno da associação a gente faz esse trabalho, então quando não tem ninguém mesmo na casa pra buscar a gente lá*

*da Magnólia Dei (nome da associação) fica responsável e vai estar vendo essa criança...qualquer um tem que estar na Magnólia...um adulto tem que ficar lá 24 horas”.*

*“... muitas vezes eu também já me desloquei da Nova Esperança (cooperativa) e fui até o posto de saúde e marquei consultas das minhas outras companheiras que estavam lá trabalhando, e assim, já fui pegar remédio, quer dizer tudo isso é uma ajuda, pra mim é uma ajuda voluntária ou alguma outra que eu faço e ela também não parou a esteira, não parou lá a coleta porta a porta, não parou também a conscientização...”*

Assim, ainda que essas soluções revelem a capacidade das mulheres de enfrentarem os problemas de forma solidária, é preciso avançar na compreensão de que a vida privada se entrelaça com a dimensão pública e, portanto, é preciso ter soluções por meio de políticas públicas que efetivamente tragam soluções de caráter permanente.

#### **2.4. Limites da visão sobre a violência contra as mulheres**

Outra questão crucial que atinge especificamente as mulheres e também pressiona o cotidiano de muitas das catadoras é a violência de gênero. O que é possível remarcar é que a busca da autonomia e de reconhecimento da contribuição fundamental das catadoras para a coleta seletiva deve incluir a reflexão e o debate sobre a natureza da violência contra as mulheres e o seu papel na subordinação das mulheres, tanto no trabalho, quanto no espaço doméstico.

É inegável que os processos de capacitação “cegos para o gênero” não contribuem para uma qualificação maior de conteúdos que desvelariam os pilares da reprodução das desigualdades de gênero, o que exige uma atenção não apenas marginal nos debates de um processo de coleta seletiva que pretenda ser justo, equitativo, sustentável e solidário. Há muito a se caminhar nesse terreno.

Dentre os temas relativos à coleta seletiva dentre o movimento dos catadores e lideranças de cooperativas, o tema da violência precisa ser melhor discutido. Ainda se culpabilizam as mulheres por não conseguirem sair de uma situação de violência doméstica e se considera a bebida ou as drogas como causas e não como desencadeadoras da violência. Faz-se necessário muita formação nessa área, mesmo entre as lideranças de movimento ou cooperativas de catadores. Houve um avanço quanto às informações sobre a Lei Maria da Penha, o encaminhamento às delegacias da mulher etc. Mas a compreensão da necessidade de acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica e sexual pela cidadania e em equipamentos e centros públicos de referência e atenção às mulheres vítimas de violência precisa ser objeto prioritário de formação. Essa atenção, e uma nova atitude de todos, é

necessária para que a rota crítica<sup>2</sup> que as mulheres percorrem em busca de apoio seja mais curta e o ciclo de violência vivido possa ser rompido.

### **2.5. Impacto das iniquidades de gênero na saúde das catadoras**

O que chamou atenção de forma dramática é que há maior pressão física e psíquica para as catadoras, a qual influi no adoecimento dessas mulheres diante de tantas tarefas e obrigações. Muitas deixam de cuidar da própria saúde e quando o fazem as doenças do trabalho já se cronificaram, ou se agravaram enormemente. Os homens também são afetados por uma série de doenças como as mulheres, o problema é que se queixam menos, devido à socialização masculina tradicional em que as atividades que exigem força são valorizadas e homem não pode “reclamar de dor”.

Chamou muita atenção, tanto das pesquisadoras que coordenaram o estudo no Pólis, quanto das especialistas que contribuíram na reflexão, a pressão sobre as mulheres, no processo de auto-cuidado e também o fato de não se sentirem 'livres' para fazerem um tratamento de saúde: *“acabamos deixando para depois, porque se paramos, quem vai ganhar para pagar o aluguel”* ou *“não posso ficar doente!”*

Apesar de todos os graves problemas de saúde decorrentes das atividades de catação, devido ao peso, ao cansaço, aos esforços repetitivos, muitas das catadoras dizem que *“tomaram gosto pela atividade* e gostariam de poder continuar trabalhando em cooperativas, mas esperam que a prefeitura (Limpurb) crie melhores condições de trabalho para que as cooperativas possam realizar suas atividades de forma mais organizada, possibilitando auferirem rendimentos mais justos.

Para as trabalhadoras avulsas o peso e o cansaço extremo, o barulho do trânsito nas ruas são os maiores problemas apontados.

### **2.6. As catadoras como impulsionadoras da consciência ambiental**

Um aspecto positivo que deve ser levado em conta quando analisamos as possibilidades de incidência no processo de coleta seletiva é que as mulheres se dispõem mais a fazer o trabalho de conscientização e informação sobre a importância desse trabalho, reconhecem o seu valor enquanto profissionais e a importância da coleta para a cidade, embora os catadores homens também adquiram consciência da importância de seu trabalho. As catadoras atuam

---

2

<sup>1</sup> Ver definição de rota crítica, in Meneghel, S. Rotas Críticas, 2007.

cada vez mais, sobretudo se estão organizadas em associações e cooperativas, como agente de consciência ambiental, fazendo palestras em condomínios, escolas e isso as empodera.

### **2.7. As cooperativas de catadores como opção de trabalho na cadeia da reciclagem**

As cooperativas têm sido uma alternativa para a geração de renda para as que ficaram desempregadas ou foram aposentadas por tempo de serviço ou invalidez e para aquelas que necessitam de complementação de renda.

Embora a precariedade de muitas cooperativas, especialmente devido à crise econômica em 2009, que fez cair o preço dos materiais, e à pouca disposição do poder público municipal em conveniar novas cooperativas (ou fornecer caminhões, equipamentos como prensas, empilhadeiras, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) disponíveis em apenas algumas delas), a maioria das catadoras considera que gostariam de continuar numa cooperativa, mas demandam acesso à proteção social e maior profissionalização.

As catadoras organizadas também gostariam de ter um maior reconhecimento pela população e de ter condições de trabalho tais como banheiros públicos e lugar onde pudessem tomar água, comer, descansar um pouco. Além disso, contestam o preço injusto que os atravessadores, conhecidos como donos de “ferro velho”, pagam.

O que observamos com a pesquisa é a diversidade de discurso e percepção entre as próprias catadoras, o que aponta para uma ampliação da identidade feminina. Muitas delas já perceberam suas capacidades e habilidades para todas as tarefas do processo de trabalho em que atuam. Sabem que podem negociar, comercializar embora algumas, por acomodação ao papel tradicional e, pela maior disponibilidade e “prontidão” dos homens em ocuparem esses papéis de maior destaque, acabam por se adequar ao papel convencional.

Os homens se identificam mais com o trabalho que tem definição e especialização de tarefas, e apenas uma catadora avulsa ex-metalúrgica associou o trabalho cooperado organizado como estar na linha de produção (na fábrica), ao afirmar porque não encontrara dificuldade em ir para uma cooperativa. No caso, ela queria ressaltar a qualificação para a triagem e a organização do trabalho.

Uma questão a ser refletida é sobre a necessidade de desconstrução da atual divisão sexual do trabalho que se reproduz tanto nas atividades de catadoras/es que trabalham na ruas quanto nas cooperativas por meio do debate das alternativas coletivas que possibilitem caminhar para alterar de forma equitativa a atual divisão sexual do trabalho.

Devemos re-significar as práticas relacionadas à organização do trabalho e colocar em evidência a crítica à subordinação e desvalorização das tarefas em que as mulheres estão envolvidas. Ademais, a discussão da divisão das tarefas domésticas e dos trabalhos de cuidados pode avançar com a formação entre os catadores, nas cooperativas. Como realçou uma

catadora no grupo de discussão, as cooperativas favorecem o debate, as propostas e a crítica por seu ambiente de deliberação coletiva, podem ser um espaço mais democraticamente gerido.

## **2.8. O papel das políticas públicas**

Por fim, outro nó crítico são as políticas públicas para o entorno das cooperativas ou mesmo dos locais de moradia das catadoras. Como socializar minimamente a questão dos cuidados com os filhos? A questão da creche acessível próximo ao local de moradia, da escola em tempo integral como atribuição do poder público, restaurantes populares já facilitariam o trabalho das mulheres e dos homens que assumem a tarefa de levar filhos na escola. Até agora são as mulheres em sua maioria que têm de se preocupar com os filhos, de levá-los à escola ou ao serviço público de saúde caso não possam fazê-lo, contam com a mãe ou outra mulher no bairro para essas tarefas de cuidado etc.

Outra política de suma importância, além de equipamentos de saúde e educação para os catadores e catadoras, apontada por grande parte das entrevistadas, é a de habitação. Morar em pensões e até em albergues (mais comum entre os catadores homens) é relatado pelas entrevistadas como algo a ser superado e ter uma casa como um direito a ser conquistado, o que almejam fortemente. Ter uma casa, significa mais do que um teto, significa ter direito à individualidade, à viver em condições dignas com a família etc. Algumas catadoras/es entrevistadas/os referiram-se a participarem de algum mutirão de construção da casa em fins de semana, em alguns casos ligados ao movimento de moradia e no caso de um cooperado ligado a um projeto do governo federal de construção de moradia para os catadores obtido junto ao Ministério das Cidades.

Assim, há que se debater o caso de uma justiça de proximidade (Guérin, 2003) ao pensar um conjunto de políticas pública aliadas às políticas de inclusão e proteção do trabalho das catadoras/es nas cooperativas localmente distribuídas, isto é descentralizadas no espaço urbano.

Sobre a questão do trabalho, o grupo de especialistas e ativistas levantou que o trabalho por metas de produção é muito perverso e tende a acentuar a divisão sexual do trabalho. Quais mecanismos poderiam ser criados para alterar a divisão sexual do trabalho dentro das cooperativas principalmente? Uma das hipóteses apontadas foi que igualar os salários seria fundamental para pensar uma estrutura mais justa. Mas remarque-se bem; alterar as tarefas não muda as relações de gênero em direção à equidade. É preciso um esforço consciente com vistas a mudanças nessa direção. Por exemplo, temos uma divisão do trabalho que desqualifica a triagem quando ela é fundamental nessa cadeia produtiva. É necessário ter claro que um dos princípios ou ideologia de gênero no que se refere à divisão sexual do trabalho é a desqualificação das tarefas executadas pelas mulheres, independentemente do que elas estão

fazendo. E o mercado se aproveita muito bem disso. Até mesmo as mulheres caem na armadilha de desvalorizar seu próprio trabalho. Ao contrário disso, é preciso reconhecer e visibilizar que as habilidades das mulheres, adquiridas pela sua experiência, são fundamentais para a sustentabilidade de um modelo de gestão de resíduos urbanos e para a sustentabilidade planetária. Portanto, trata-se de compartilhar essas experiências e habilidades para dar mais qualificação ao modelo de recuperação de resíduos sólidos.

As críticas à prefeitura (à Limpurb) e às subprefeituras, pela interrupção de um cronograma de ampliação dos convênios com cooperativas e de criação de novas centrais de triagem, foram generalizadas.

### ***2.9. Repertório de propostas de ação a partir da experiência dos atores que atuam no setor***

Na conclusão dos debates foram destacadas ações e propostas já existentes e que deveriam ser potencializadas e novas propostas que emergiram do aprofundamento dos temas que apareceram nas entrevistas.

Destacou-se que algumas cooperativas estabelecem uma referência com o serviço de saúde pública mais próximo e que periodicamente fazem visitas para cuidar dos problemas de saúde dos catadores. Essa experiência positiva, em outros casos, advém de um contato com um profissional de um posto de saúde próximo que estabelece um canal de informação com os catadores organizados em associações ou cooperativas e, assim, fazem vacinas, resolvem problemas de agendamento de consultas, de atendimento de pré-natal de catadoras grávidas e dão orientações de saúde.

Uma das entrevistadas da região sul da cidade, relatou que um dos Centros de Saúde levantou e cadastrou os catadores da região e alguns equipamentos de saúde passaram a promover palestras sobre a importância da reciclagem, contando com a colaboração de catadoras etc.

Porém, foi colocado que nas cooperativas de catadores onde há uma comissão de saúde ou que se prevê momentos para a capacitação, a abordagem das questões de saúde e segurança do trabalho ainda é insuficiente. Por isso, levantou-se a proposta de que as cooperativas deveriam qualificar melhor os momentos de formação, de maneira a serem acessíveis a todos e que não haja distorção de gênero, como relatou uma das ativistas participantes. Ela deu um exemplo de quando foi convidada para fazer uma roda de conversa sobre violência contra mulheres (inclusive numa das associações que visitamos e realizamos entrevista) em que a assistente social convidou a todos, mas estranhou que só os homens participaram e as mulheres não quiseram ou não puderam parar de trabalhar (continuaram segregando). Já os homens que participaram, não o fizeram devido a um suposto interesse pelo

tema, mas porque estavam mais livres de suas tarefas. Esse é um caso exemplar da sobrecarga e dificuldade de participação das mulheres. E da necessidade de uma oportunização igual de formação para mulheres e homens. Numa cooperativa é possível estabelecer e discutir critérios e temas. Além disso, propuseram que a formação fosse contada como atividade na jornada de trabalho.

Outra questão levantada é que a prevenção à saúde pode ser incentivada pelas associações e cooperativas. Foi proposto trazer profissionais de saúde para falar de problemas específicos e, ainda mais, construir parceria com serviços e profissionais de saúde do trabalho para entender, tratar e prevenir as doenças prevalentes nessa categoria que nos pareceram tão graves! Criar momentos de discussão em grupo e mesmo atividades físicas que possibilitem a auto-percepção do corpo e seus limites e a identificação de problemas comuns.

Outra proposta é que os Centros e Programas de Saúde do Trabalho recebam a demanda de estudar e atuar e criar um programa para as catadoras/catadores incluindo a prevenção.

Assim, a preocupação com a prevenção é decisiva para ser estabelecida como prioridade, seja com relação à saúde sexual e reprodutiva (como prevenção do câncer de útero e de mama, facilitar o acompanhamento pré-natal, à prevenção da violência de gênero e das doenças específicas desse tipo de trabalho.

Outra questão relevante abordada pelo grupo de especialistas foi a questão da proteção social ao trabalho informal, o que no discurso das entrevistadas aparece como ter direitos, ter a carteira de trabalho assinada. A questão é como obter formas de proteção para o trabalho associado, o trabalho cooperativista e em como desenhar uma política pública para esse setor de trabalhadores o que garantiria uma expectativa de futuro para as catadoras que, assim, veriam na cooperativa de reciclagem uma profissão.

Com relação à multi-funcionalidade do trabalho das mulheres, algumas catadoras no grupo lembram que há algumas cooperativas que já incentivam um rodízio de tarefas e uma delas já dividem o trabalho para ser feito em duplas, um homem e uma mulher (em boxes, ou seja, em espaços separados). Se existem experiências concretas nesse sentido é mais um argumento contra a acomodação à tradicional divisão sexual do trabalho. É possível reorganizar as atividades levando-se em conta esse olhar de não reproduzir a divisão atual de gênero marcada pela assimetria e hierarquia de gênero em favor dos homens.

As mulheres têm que sabem negociar, comercializar bem, exemplos não faltam em nossas entrevistas; os homens estão mais acomodados já que pela herança da cultura patriarcal e por si só não se dispõem a alterar seus comportamentos no trabalho, mas o fazem se interpelados. Sem negociação das relações de gênero também não se avança no desenho de uma proposta

de trabalho mais sustentável para lidar com os resíduos urbanos e essa negociação deve ser assumida claramente nos espaços público e privado.

Algumas lideranças das catadoras ressaltaram que, no caso de São Paulo, deveria se organizar os cerca de 80 grupos de catadores existentes numa rede de colaboração mútua e criar uma “central de informações” como ponto de partida para realizar um mapeamento do potencial de trabalho das cooperativas e associações para recuperar os resíduos da cidade.

Por fim, é necessário frisar a valorização do trabalho de cuidados e da defesa de meios de vida ameaçados, como é o caso dos cuidados com o entorno, com aquilo (resíduos) que pode ser reaproveitado, exercida predominantemente pelas mulheres pode ser valorizado na direção do compartilhamento de tarefas numa proposta de sustentabilidade de um sistema público de coleta seletiva. Esse é um desafio ambicioso, mas que já pode ser colocado no horizonte.

### **3. Estudos de caso**

O segundo e terceiro *talleres* referem-se aos estudos de caso realizados. E escolheu-se para tal o MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis e o Departamento de Habitação Social da Secretaria Municipal de Habitação, conhecido por HABI Social.

#### **3.1. O caso do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR**



O critério para a escolha do MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis deve-se a que este movimento construiu a legitimidade desse segmento social como profissionais do setor de resíduos sólidos capazes de integrar e operar adequadamente sistemas municipais de recuperação de resíduos sólidos urbanos. O MNCR surgiu em meados de 1999 no

1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e foi criado formalmente em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. Nesse congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as demandas dos catadores e catadoras de materiais recicláveis. Foram realizados outros congressos de âmbito latino-americanos no contexto do Fórum Social Mundial, o que foi fortalecendo a luta dos catadores/as por direitos dentro e fora do Brasil. O MNCR conquistou ademais reconhecimento do governo federal, especialmente durante o período em que foi governado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o que se expressa em diversas ações, promulgação de decretos<sup>3</sup> e por fim pela aprovação da Lei Nº 12.305/2010.

Mais recentemente, o MNCR organizou dois grandes eventos, chamados de Expo Catador, em 2009 e 2010, em que participaram respectivamente 1700 catadores e um total 3.000 pessoas e 1.500 catadores e 4.500 pessoas. Em ambos contou com a presença do presidente da república e no último também com a da recém eleita presidente Dilma Rouseff. Tais eventos têm contribuído para projetar a categoria dos catadores como uma força social com potencial de atuação na prestação de serviços nos 5.564 municípios brasileiros e revela também sua capacidade de organização tanto política quanto corporativa.

Vale destacar que a recém aprovada Lei Nº 12.305 da Política Nacional de Resíduos Sólidos foi regulamentada por decreto na Expo Catador 2010 e a mesma contém 11 referências à participação dos catadores/as. Além disso, foi decretado no evento a criação do Programa Pró Catador que tem a finalidade de integrar e articular as ações do governo federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

---

3

<sup>1</sup> 2002 - Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/5192 - Institui o reconhecimento da atividade de catador como ocupação legal; 2003 - Criação do Comitê Interministerial para Inclusão dos Catadores, integrado por 11 Ministérios, Bancos Públicos e Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis; 2004 - Implementação do sistema de coleta seletiva solidária na esplanada dos ministérios; 2005 - Elaboração da "Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis", com participação do MNCR, que serviu de referência para a criação de uma linha de investimentos do governo federal para estruturação de cooperativas de catadores em todo o país; 2006 – Decreto Nº 5940, em que a Presidência da República qu e determina que todos os órgãos públicos federais, em todo o Brasil (217 órgãos, 10 mil prédios, 1.400 municípios), implementem a coleta seletiva e destinem os resíduos às organizações de catadores; 2007 Instituição da Política Nacional de Saneamento, Lei Nº 11.445/07; 2007-08; apoio a dive rsos projetos de fortalecimento das organizações de catadores pela Petrobrás, FUNASA, BNDES, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Meio Ambiente, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil.

Cabe salientar que diante da presença de cerca de um milhão de catadores/as avulsos/as no país, constituídos ou não em famílias, o MNCR definiu como proposta que se estruture uma política pública municipal que dê condições para que o próprio movimento atue junto a essa população ou aponte as diretrizes para o poder público fazer uma aproximação adequada junto a mesma, de forma a conseguir sua adesão à processos organizativos que resultem ao final em sua integração às cooperativas e associações já existentes ou a serem formadas (segundo as diretrizes da nova lei).



### **3.2. O caso de HABI Social**

A escolha de Departamento de Habitação Social da Secretaria Municipal de Habitação - HABI Social como estudo de caso deve-se a dois critérios: 1) ao fato de São Paulo possuir, segundo o Plano Municipal de Habitação, três milhões de paulistanos vivendo em assentamentos precários, o que também explica a importância dos Movimentos de Moradia na cidade e, 2) e a que, dentre as demandas do Movimento de Moradia aos governos, uma delas estar em consonância com a orientação do Movimento dos Catadores, ou seja, de que os projetos habitacionais sejam *“integrados a projetos de saúde, educação, transporte, cultura, de forma a que as respectivas secretaria de governo trabalhem conjuntamente em rede”*.

Nesse sentido, foram analisadas duas experiências que são acompanhadas por técnicas de HABI Social que se desenvolveram em territórios administrados pela Divisão de HABI da região norte<sup>4</sup> da cidade nos quais muitos moradores/as são catadores. Tais experiências foram relatadas no *taller*<sup>5</sup> com técnicas da Sehab, organizado pelo Pólis no processo da pesquisa.

---

4

Essas experiências desenvolveram-se no processo de trabalho de acompanhamento sócio-educativo das técnicas de HABI Norte junto aos moradores de áreas de risco ou que vivem em moradias denominadas subnormais (favelas, cortiços, pensões etc) que vão sendo realocadas em prédios da Cohab (Companhia Municipal de Habitação) ou de outras Companhias como o CDHU (Companhia Estadual de Habitação e Urbanismo) ou prédios municipais destinados à população de baixa renda, por meio do aluguel social (abaixo será explicado).

Por fim, o terceiro critério para escolha de HABI Social como estudo de caso deve-se à que a participação das mulheres no desenvolvimento das experiências é significativa.

No âmbito dos projetos de reciclagem desenvolvidos por agentes públicos existem iniciativas de técnicos municipais que se constituem em práticas que poderiam ser disseminadas como uma política de construção de cooperativas de catadores próximas aos seus locais de moradia. Assim, o trabalho desenvolvido por técnicas do setor de Habitação Popular da Secretaria de Habitação o município de São Paulo demonstra a viabilidade de projetos inovadores que entrelaçam diversos agentes e equipamentos públicos em territórios da periferia da cidade às iniciativas de trabalho e renda com recuperação de resíduos que estão próximas às áreas de re-assentamento de moradias populares. Esses projetos contêm vários ingredientes que poderiam compor um modelo de política pública para a coleta seletiva, segregação e comercialização de materiais recicláveis.

Assim, a seguir sistematizaremos o relato apresentado pelas assistentes sociais, técnicas de HABI, sobre esses contextos locais onde muitos moradores, que viviam em uma área de risco, sobreviviam como catadores, e foram deslocados para uma área de reassentamento no Sítio Jaraguá (em Pirituba, região noroeste). Outra experiência relatada está sendo desenvolvida no Residencial Parque do Gato e Olarias, na região central da cidade, com moradores incluídos no Programa de Aluguel Social em conjuntos habitacionais da prefeitura.

### **3.2.1. Origem e andamento da experiência no Sítio Jaraguá**

Nessas duas experiências muitos moradores que trabalhavam na catação de materiais recicláveis passaram a discutir, com acompanhamento técnico de HABI, a organização de cooperativas de catadores para reciclagem dos resíduos coletados junto aos novos locais de moradia.

---

<sup>1</sup> A Habitação Popular (HABI) está dividida por grandes regiões da cidade. Atualmente grande parte de seus técnicos são contratados por uma empresa chamada Diagonal para atuarem nas regionais de HABI.

<sup>1</sup> A oficina foi realizada na Sehab, em 07/10/2010.

Segundo as técnicas de HABI Norte, o trabalho iniciou-se anteriormente, na área de urbanização da Vila Nilo e consideraram que, atualmente, o processo de trabalho organizativo com essa comunidade e, em especial com os catadores, está num estágio avançado porque já se formou com os catadores, a Associação de Reciclagem Quinze Amigos.

Desse aprendizado anterior na Vila Nilo começaram a repensar o processo de trabalho de acompanhamento dos moradores do Sítio do Jaraguá, onde, além de trabalharem com os que se identificaram como catadores, passaram a atuar junto a servidores dos equipamentos públicos do local, envolvendo escolas e agentes de saúde.

Segundo as técnicas foi dado um passo a mais do que em relação à experiência da Vila Nilo com os catadores, pois envolveram as residências e os apartamentos dos prédios construídos pela Cohab, cerca de 4.000 unidades entre prédios e casas na discussão e orientação para a coleta seletiva: “começamos a ensinar a coleta seletiva nas residências e discutindo na comunidade”. O que chamou a atenção das técnicas foi o fato de que alguns catadores estavam guardando o material coletado dentro dos apartamentos.

A partir desse momento, já propuseram a organização de uma cooperativa de catadores de recicláveis e estabeleceram como meta a “*gestão de resíduos em todo o bairro*”, o que vem exigindo um contato mais assíduo com os vários equipamentos públicos e seus funcionários e com a comunidade local, gerando um processo contínuo de discussão em grupo com os moradores.

Essa experiência revela que a existência de um gestor no local que busque articular os diferentes equipamentos e seus agentes com as organizações que atuam no território gera uma integração de políticas de base local. As técnicas de HABI trabalharam no entrosamento dos moradores, a partir da conscientização do potencial da conquista da habitação digna como condição de cidadania e da destinação do espaço para a organização de cooperativa de coleta seletiva, segregação e comercialização de materiais recicláveis.

Assim, essas técnicas identificaram parceiros locais que colaboraram para estruturar a capacitação e a formação e para pensar o funcionamento desse novo bairro. Uma dessas suas parcerias foi feita via mobilização de trabalho voluntário, promovida pela Ong Ecos do Vitória que utiliza o conceito de bio-bairro o que, segundo elas, deu clareza ao sentido do trabalho social e possibilitou impulsionar o trabalho com toda a comunidade, além dos próprios catadores. No processo de ampliação do trabalho coletivo procuraram introduzir a ideia de mudança de atitude e participação de todo o bairro em várias dimensões, tais como, a saúde, a coleta seletiva nos domicílios, o trabalho educativo com as crianças através das escolas etc.



O re-assentamento das famílias nesse local, em sua maioria nos apartamentos, já mencionados acima, foi feito principalmente de pessoas que vieram de uma favela que foi demolida, formada por mais de 500 barracos e situada numa área ao lado de um córrego contaminado com lixo. Atualmente, nesse local, já foi implantado um Parque Linear, de responsabilidade da Secretaria do Verde Meio Ambiente - SVMA que fez a recuperação da nascente natural com a colaboração das técnicas de HABI. As crianças de escolas locais participaram de uma atividade de educação ambiental aplicada, que passou por resgatar e cuidar da nascente. Paralelamente, foi integrada, ao temas debatidos nas escolas, a questão do prejuízo à saúde humana e ao meio ambiente do lixo não tratado e jogado nas nascentes e córregos.

Os prédios possuem apartamentos de 46 metros quadrados e vários sobrados, neles formaram um grupo de gestão participativa, composto de comissões ou representantes de moradores, que HABI denomina gestores dos condomínios. Organizaram a capacitação para a gestão condominial e de como tomar decisões coletivas, por meio de reuniões mensais. Além disso, apontaram que deveriam ter previsto áreas de lazer e equipamentos comuns. Os moradores dos conjuntos habitacionais começaram a colaborar, com o reforço de várias escolas que se comprometeram a discutir a importância e ensinar como fazer a coleta seletiva.

A técnica que acompanha esse trabalho relatou várias situações e momentos de trabalho em conjunto com os catadores que passaram a fazer visitas em cooperativas de catadores da região. Destacamos, especialmente, que na visita de uma das cooperativas (selecionadas por nós para entrevista na Fase I dessa pesquisa) contaram com o acompanhamento dos agentes comunitários de saúde do Programa de Saúde da Família - PSF local, que são funcionários da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).



As técnicas ressaltaram que, através das visitas de troca de experiências, tomaram consciência de que na Vila Nilo haviam feito boxes (espaços) separados para os catadores, numa área não edificada e que posteriormente já compreendiam que a melhor opção teria sido a construção de um galpão para que a separação do material reciclável pudesse ser feita coletivamente.

Ademais, no processo de troca de experiências e discussões coletivas chegaram à conclusão de que o melhor caminho para esses catadores era a organização de uma cooperativa. A associação de catadores da Vila Nilo e a do Sítio do Jaraguá contataram, para realizar um trabalho de capacitação junto a eles, a Cooperativa Cantareira Viva, por ser mais consolidada e legitimada e que os colocou em contato com o Movimento Nacional de Catadores (MNCR).

Quanto ao trabalho de educação para a coleta seletiva, nas reuniões de grupos de moradores que as associações denominam de Gestão Participativa estão tratando da instalação de coletores e ensinando a separar os resíduos secos e dos úmidos. Para uma etapa posterior estão discutindo uma parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para aproveitamento do espaço livre nos bairros para fazerem a compostagem. Esses catadores já têm no local 17 boxes, que atualmente utilizam para armazenamento do material coletado.

Nessa linha de trabalho grupal para o desenvolvimento de cooperativas de reciclagem, buscaram outra parceria com a Cooperose (outra das cooperativas onde fizemos entrevistas na Fase I da pesquisa) com vistas a planejar e discutir a maneira correta de construção de um galpão para a triagem.

A participação das mulheres é bem maior dentre os catadores que compõem o núcleo do trabalho da cooperativa em formação.

Quanto ao conteúdo do debate, as duas assistentes sociais, a partir do contato com as experiências das parcerias, concluíram que hoje a melhor alternativa é que os bairros deveriam

ter uma Central de Triagem para reciclar ali mesmo no local onde os resíduos são produzidos e fazerem em seguida a comercialização, o que geraria economia de transporte e combustível: *“essa otimização acabaria com os lixões e aterros lotados, além de que o fato de ir e vir gerar um grande desgaste para os catadores. O ideal é comprar e reciclar para eliminar os atravessadores, e os próprios catadores gerenciarem o negócio etc. Ao cuidar dos espaços públicos a gente está ensinando a comunidade a cuidar desse espaço que é delas. Aquela favela que eu falei no começo hoje é o Parque Linear que a Secretaria do Verde mantém. Seus gestores estão fazendo um bom trabalho de educação ambiental com as crianças”*.

Constatamos assim, que vários técnicos de diversos órgãos se articularam e colaboraram num trabalho integrado no território, não obstante observou-se que quando se muda um gestor mais sensível às ideias de trabalho conjunto, é comum mudar a qualidade da colaboração entre os demais órgãos.

Assim, apesar desse processo de ação junto ao bairro e especialmente junto aos catadores convergir com a diretriz de atender as necessidades do território e de articulação de atores locais que consta do Plano Municipal de Habitação, ainda não se constituiu como uma política de gestão participativa, especialmente no tocante a proposição de cooperativas para a reciclagem no desenho dos conjuntos habitacionais no território com a colaboração de diversos órgãos públicos.

Constatamos, desse modo, que existe um espaço para um trabalho conjunto entre os órgãos públicos e esses casos exemplares demonstraram ainda que um processo de participação com os atores locais propicia aliar a questão da moradia à qualidade de vida e geração de trabalho e renda à descentralização, as quais dependem ainda da disposição pessoal e vontade política de gestores e implementadores da política de habitação social e da disposição de gestores de outras Secretarias que atuam no território.

É muito importante notar que essa forma de trabalho articulado é viável, possível e dá resultados sócio-ambientais. Trata-se de um processo de implementação de gestão participativa sócio-ambiental que podem ser considerada uma boa prática a ser disseminada, pois possibilita vislumbrar um modelo de moradia que integre a gestão de resíduos, e por fim, indicaria como possibilidade real a descentralização de cooperativas de reciclagem como parte de um modelo de habitação popular.

Como parte de um possível modelo captamos também desse caso estudado a proposta de “gestão de resíduos participativa”.

A organização na área desses conjuntos do Sítio Jaraguá fez com que uma das empresas que respondem pela coleta seletiva na cidade, a Loga (empresa concessionária, contratada pela Prefeitura), por estarem sem espaço para guardar o que tem sido coletado, os procuraram para integrá-los no percurso que já fazem na região, propondo que recebessem o

material levado por seus caminhões vindos de outros locais, o que possibilitaria que os catadores organizados ali gerassem renda.

O interessante é que os catadores dessa cooperativa em organização já responderam que só aceitariam esse material oriundo de coleta seletiva se os caminhões não viessem com o coletado compactado, fato que tem sido denunciado na imprensa em vários momentos, exigindo receber esse material por meio de caminhão gaiola para que se possa realizar a triagem com melhor aproveitamento.

### **3.2.2. O caso do Residencial Parque do Gato e Olarias**

A Favela do Gato localiza-se no bairro do Bom Retiro, na região central, e a Olarias fica no Pari, também nessa região, onde HABI realiza um trabalho desde 2004. Seus moradores foram integrados no Programa de Locação Social, isto é, os prédios são patrimônio público e os apartamentos são alugados à população de baixa renda de até três salários mínimos. Os moradores pagam entre R\$26,00 e R\$90,00 de aluguel, fora o condomínio. O Residencial Parque do Gato foi construído para substituir a antiga favela do Gato, de onde muitos catadores conquistaram o aluguel social.

No caso do bairro Olarias foi utilizado um terreno da Secretaria Municipal de Abastecimento onde foram construídos 137 apartamentos e sua distribuição foi negociada com os movimentos de moradia.

A técnica de HABI responsável pelo trabalho sócio-educativo ressalta que há entre os moradores, muitos que vieram de albergues, de cortiços, e de pensões.

No levantamento atual que foi feito havia 64 catadores morando nos prédios no Parque do Gato e 16 catadores no Olarias, que tem uma variação de catadores maior entre os levantamentos realizados por HABI. No P. do Gato formaram uma Associação de Catadores chamada Arpaga que tem cerca de 33 pessoas.

Desde o início, foram os catadores que propuseram a formação de uma cooperativa e por isso, as técnicas, em conjunto com eles, foram esboçando um plano de trabalho para organizar e formalizar a Cooperativa.

Partiram de um diagnóstico do modo de realização desse trabalho de coleta e triagem. Nesses locais de trabalho uma das gestoras lembra que havia *“a cultura do Box”*. Há boxes nos 2 bairros, embora já tenham constatado que o *“ideal são os galpões porque podem ser colocadas esteiras, prensa e trabalharem coletivamente na triagem etc”*.

Os membros da cooperativa em formação não desejam aceitar novos sócios, já que estabeleceram como critério a necessidade de que novos integrantes passem por capacitação. Alegam que querem que as pessoas estejam comprometidas como o cooperativismo e

concordem com as regras que estão formalizando com os atuais integrantes. Há novos conflitos a resolver. Mas a capacitação está em andamento: para esse objetivo estão em parceria com duas entidades empresariais, o CEMPRE- Compromisso Empresarial para a Reciclagem e a OCES - Organização de Cooperativas do Estado de São Paulo.

Nesse processo de organização apontam gargalos como as dificuldades de encaminhamentos, burocracia e fragmentação dos trabalhos. Mas a persistência das técnicas obteve a superação de dificuldades no trabalho coletivo: conseguiu-se resolver com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente um problema que se arrastava há anos de inclusão desses moradores nas atividades educativas sócio-ambientais.

Também mencionaram que na Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência desses bairros havia uma rotatividade muito grande de técnicos, o que gerava problemas de continuidade das ações conjuntas. Relataram que atualmente propuseram iniciar ações de saúde com os catadores e depois irão ampliando a atuação para o conjunto dos moradores. Concluíram também que o gerente do serviço de saúde tem de estar sensibilizado, do contrário, o trabalho pode ser fragmentado. Afirmam que nessa UBS entraram técnicos novos com muito interesse nessa questão sócio-ambiental, especialmente da necessidade da coleta seletiva como importante para a saúde.

Quanto à relação com a Limpurb relataram que as condições colocadas para trabalharem junto a esses catadores seria a formalização de uma cooperativa que possibilitasse estabelecer um convênio com a Limpurb que então assumiria o pagamento de um aluguel de até R\$ 20.000,00 e forneceria o equipamento necessário para a viabilização da triagem, tais como esteira, empilhadeira balança.

Desafios estão sendo enfrentados com disposição pelos técnicos de Sehab e o respaldo da Secretaria vem sendo demandado para dar consistência a esse processo que poderia se tornar uma possibilidade nova para compor a política de habitação popular.

### **3.2.3. O papel das catadoras e pistas sobre a inserção da dimensão de gênero**

Quanto à participação das mulheres, as técnicas constatam que das 20 pessoas no grupo há cerca de 13 mulheres, portanto, são a maioria. Além disso, observam que são *chefes de família 'que sustentam a casa com a reciclagem'*.

A questão dos problemas vividos pelas mulheres foram levados em conta na elaboração do regulamento de funcionamento da cooperativa que ainda não entrou em funcionamento. Talvez tenham sido levantados porque as mulheres sejam maioria nessa iniciativa atual de formação de cooperativa.

A técnica que acompanha esse processo relata como foi a discussão:

*“Foi muito interessante a discussão no grupo quanto ao horário de entrada e saída numa jornada de 8 horas. Muitas mulheres têm filhos pequenos na creche ou na EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil (de 3 a 6 anos). Uma delas disse: Ah, mais e tenho de buscar meu filho na creche mais cedo, ele sai às 16h30 e o horário vai até às 17h, o que a gente faz? Debateram a redução do horário de almoço, ou trabalhar um sábado a mais. A gente mesmo vai se organizar para a nossa colega sair mais cedo. A gente está criando condições para que ela participe e não seja prejudicada. Então tem essa discussão do horário diferenciado para quem tem o problema de cuidar dos filhos. Isso eu achei fantástico porque todos entraram no acordo e colocaram no regimento interno”.*

Citam que há alguns casais que trabalham juntos. E que discutiram que irão fazer um rodízio: quando o casal trabalha junto, o homem também vai sair para buscar o filho.

Na região central a técnica identificou um senhor que sai mais cedo da reunião porque precisa alimentar o neto. Mas comenta que o grupo é bem atípico.

Outra observação feita relacionada ao trabalho das catadoras foi que dentre elas há muitas com mais de 40 anos e que *“dizem que não estão mais aguentando puxar carroça”*.

Quanto às diferenças de gênero, a discussão revela uma ambiguidade já que algumas das participantes declaram não haver diferenças, mas ao se indagar por aspectos mais específicos foram apontados alguns elementos, tais como apontar que as mulheres tomam mais a iniciativa de resolver os problemas.

Quanto à exigência da Limpurb de não utilizarem mais carroças, estão considerando que vai ser um avanço deixarem de puxar carroça *“já que o caminhão de coleta da Limpurb vai destinar o material pra gente”*.

Apontam que o maior problema para a cooperativa se tornar conveniada será encontrar uma área adequada. Na região central de São Paulo, esse tem sido um grande problema. As áreas públicas são muito disputadas e uma cooperativa de catadores não é considerada prioridade, porque não há uma política pública de peso na disputa pelas áreas.

No caso do Sítio Jaraguá, a técnica que faz o acompanhamento, a partir de nossa indagação sobre as questões de gênero, afirma que tem percebido que as cooperativas da região que estão sendo bem geridas têm mulheres à frente.

Quanto ao trabalho feito nos boxes, observa que as mulheres têm uma preocupação de manter limpo o lugar e limpar os banheiros.

*“As mulheres se preocupam em limpar o chão onde estão colocadas madeiras, preocupam-se em levantar as madeiras, limpar para que não atraia ratos etc., os homens não...”*

*“... eu percebi que a maioria das mulheres que tem vindo trabalhar com reciclagem está fora do mercado formal, tem algumas com 65 e 70 anos que estão cuidando dos netos, têm filhos presidiários, precisam aumentar a renda para ajudar. Algumas sofrem violência doméstica...além disso, noto que os homens tem um outro olhar - também de levar vantagem sobre os outros - que eu não vejo tanto entre as mulheres. Quando tem mais mulheres acontece mais assim: 'vamos todo mundo trabalhar junto, vamos ganhar juntos'. Nós já percebemos homens tesoureiros , podendo querem passara a perna nos outros e ainda justificam: 'eu pensei que fosse só pra mim'... Tem de trabalhar muito essa questão de os homens não estarem tão envolvidos quanto as mulheres que pensam no café, no lanche, em buscar os filhos na escola. Os homens não, eles trazem o material e tchau, não se preocupam com a limpeza e outras questões cotidianas”.*

A técnica responsável pelo trabalho social de HABI no Sítio Jaraguá levantou como questão central na organização de cooperativas para a reciclagem de resíduos a importância da capacitação que o MNCR está realizando e identificou como muito esclarecedor a reflexão de remunerar os catadores como agentes públicos e prestadores de serviços para a cidade. *“Eles devem ser vistos como profissionais que devem ser remunerados pelo trabalho e não serem vistos como um sub-profissional.”*

Dentre várias questões levantadas na oficina por outras participantes, uma ressalva importante foi feita pela coordenadora do Plano Municipal de Habitação - PMH, ao deixar claro que essa questão da coleta seletiva na Secretaria da Habitação não é ainda uma política pública, não obstante haja atuação em alguns locais onde há programas em andamento.

*“Está previsto a construção de redes sociais de apoio ao trabalho da Habitação que funciona como uma antena capaz de captar o que está acontecendo na região, e pode ser um fomentador da coleta seletiva e alertar os outros setores da política pública municipal....então a ideia do plano é ir seduzindo os outros setores municipais para que se faça um trabalho costurando junto”.* Essa perspectiva também foi endossada pela técnica de planejamento, responsável pelo monitoramento do PMH presente na oficina: considera mais importante a identificação dos potenciais da região para depois poder articular ações na fase de pós-ocupação.

#### **4. Principais questões abordadas pelos gestores de secretarias municipais**



Os gestores de diversas secretarias municipais presentes no *taller* 4, em sua maioria, apesar de reconhecerem a contribuição e participação das mulheres nos projetos em que trabalham relativos ao tema da coleta seletiva, triagem e reciclagem, ainda consideram que as políticas públicas devem ser neutras do ponto de vista de gênero, isto é, não estão convencidos para o significado equalizador do recorte de gênero nas políticas.

Não obstante reconheçam ser notável a presença das mulheres em cooperativas de catadores e sua persistência na organização de cooperativas, inclusive em outras cidades, não associam a elas, socialmente falando, quaisquer características que impulsionem uma gestão inclusiva, solidária e equitativa do ponto de vista de gênero.

Salvo a coordenadora da Casa Abrigo, serviço de proteção às mulheres vítimas de violência, as técnicas da Secretaria de Habitação presentes e, em alguns aspectos, a Secretária Adjunta da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, os demais não consideram que políticas integradas, também do ponto de vista de gênero, tenham eficácia na implantação de um sistema de coleta seletiva. A maioria dos técnicos considera o recorte de gênero como uma especificidade que não alteraria o resultado da política de coleta seletiva no município na perspectiva de uma possível requalificação da mesma.

O que despontou como elemento comum foi a necessidade de uma política inclusiva que comporte a participação de cooperativas de reciclagem gerando renda para os catadores feita por meio de contratação remunerada de trabalhadores para atuar nas centrais de triagem. A maioria considerou que os catadores/as são prestadores de serviço de natureza pública fundamental na cidade, considerando que apenas 1% dos resíduos coletados pela prefeitura (não do total que é gerado) da cidade é reciclado, todos os catadores poderiam potencialmente participar do processo de coleta seletiva desde que houvesse capacitação e infra-estrutura adequada para a coleta seletiva e triagem.

A exceção foi manifestada pelo técnico de Limpurb, o qual separa os aspectos “sociais” dos ambientais da política de coleta seletiva. O argumento central do referido técnico é de que o programa de coleta seletiva deve ter um caráter essencialmente técnico visando resultados ambientais, dissociando da participação dos catadores, que considera como assistencialismo. Também se manifestou contra a remuneração do trabalho dos catadores. Por fim, ainda foi debatido se os catadores/as avulsos/as devem ou não receber um pagamento pelo seu trabalho ou se o movimento de catadores deve desenvolver estratégias, em parceria com a prefeitura, para integrá-los em um programa abrangente de coleta seletiva com participação das cooperativas.

Os técnicos da Secretaria do Trabalho e da Saúde consideraram adequada e oportuna a construção de uma política mais global de coleta seletiva em São Paulo, para que não se mantenham experiências fragmentadas em diversas secretarias com orientações diferentes, e por vezes, conflitantes. Destacaram a experiência de outras cidades, com especial menção ao município de Goiânia (capital do Estado de Goiás), cuja prefeitura está estruturando e regulamentando um modelo de coleta seletiva, com participação de cooperativas. Também destacaram a importância da parceria da prefeitura com a incubadora da Universidade Federal de Goiás e com outros atores da cadeia de reciclagem, como as empresas de reciclagem.

Foi ressaltado que a experiência das catadoras na triagem deve ser requalificada num processo como um todo e que se deve estruturar os diversos aspectos da coleta seletiva, a partir da segregação na fonte geradora (separação dos resíduos secos, úmidos e do rejeito).

Em suma, o grupo considerou que todo o processo deveria se referenciar a partir das lições aprendidas nas experiências bem sucedidas citadas no debate (Goiânia, no estado de Goiás; Lençóis Paulista, Campinas, no estado de São Paulo etc).

No debate revelou-se o reconhecimento da importância de se ter uma política pública que regule o funcionamento de um sistema de coleta seletiva na cidade, desde que isso não engesse a emergência de novas iniciativas e experiências com coleta seletiva que possam trazer caminhos diferenciados e bem sucedidos, levando em conta as características locais.

O saldo em comum da discussão aponta para ações integradas com diretrizes para todas as instâncias de governo municipal e a construção de uma política para a gestão dos resíduos na cidade aberta à participação dos vários segmentos envolvidos no processo. Para alguns é necessário mudança de paradigma para a construção de uma política dessa natureza, “*não é mais possível que um departamento de uma Secretaria seja o único responsável*” pela gestão dos resíduos sólidos da cidade. Apontam também que as Secretarias que têm interface com a questão não podem ficar de fora do desenho de uma política pública de resíduos sólidos (Secretarias do Trabalho, da Educação, da Saúde, da Habitação, do Meio Ambiente etc.) e da pactuação do poder público municipal com os diversos atores envolvidos com a questão.

Esse aspecto envolve a importância da vontade política da gestão para a configuração de uma política dessa natureza.

A Secretária Adjunta do Meio Ambiente ressaltou novos instrumentos existentes que favorecem a requalificação da política vigente de coleta seletiva na cidade de São Paulo, quais sejam a recém aprovada Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e a criação do Comitê de Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo (já que os resíduos são responsáveis por grande parte das emissões de gases de efeito estufa, especialmente o gás metano).

Quanto à questão da violência de gênero somente a técnica que trabalha com mulheres nessa situação mencionou claramente que deve haver um programa de capacitação que leve em conta a questão da modificação das relações de gênero vigentes, já que as próprias mulheres não percebem o quanto são discriminadas. Argumentou também que para romper com o ciclo da violência deve haver políticas públicas, especialmente de trabalho e renda, as quais são indispensáveis para gerar autonomia, um fator decisivo para romper com a situação de violência de gênero. Além disso, o Estado deve prover a sociedade de creches, restaurantes, lavanderias coletivas e formar uma rede de serviços que dê apoio à gestão do cotidiano das catadoras e catadores inclusive. Para ela o problema do discurso da neutralidade de gênero nas políticas, ou seja, ver todos como indivíduos como iguais é fazer com que as mulheres não sejam consideradas, na prática, como indivíduos com autonomia, são vistas apenas no papel de mãe, que é um aspecto importante da identidade, mas não o único do ser mulher, da sua identidade. Para as técnicas da habitação social os catadoras/es são 'profissionais do meio ambiente' e por isso esse trabalho merece ser reconhecido e remunerado.

## ***5. Elementos para um modelo de coleta seletiva com equidade de gênero***

### ***5.1. Introdução***

É preciso primeiramente haver uma tomada de decisão política pela administração pública municipal de que se deve requalificar a atual política pública de coleta seletiva da cidade de São Paulo ampliar a abrangência dos serviços e integrar o conjunto dos/as catadores/as e suas organizações no modelo já existente. Brevemente, cabe lembrar que o modelo vigente é constituído por 17 cooperativas de catadores que são conveniadas com a administração pública municipal e realizam parte do circuito de coleta seletiva (outra parte é feita por equipes de empresas contratadas), assim como executam toda a triagem e beneficiamento dos materiais recicláveis.

A seguir é necessário identificar as cooperativas e associações de catadores/as que já atuam na cidade sem convênio com o poder público (são entre 80 a 150 grupos, ou seja, em

torno de 3.000 pessoas) e fazer um estudo aprofundado de qual seu potencial de contribuição num sistema público de recuperação de resíduos sólidos - coleta seletiva, triagem, beneficiamento e comercialização. Isso requer a realização de um mapeamento em profundidade deste universo. Não há consenso, contudo, entre os atores participantes dos *talleres* quanto à integração dos catadores/as que atuam de forma avulsa, ou seja, que não estão organizados em nenhuma associação ou cooperativa: os representantes do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis são taxativos quanto a que o poder público faça um mapeamento também dos avulsos/as com vistas a encontrar modalidades de integração dos mesmos, mas já os gestores públicos não expressaram uma posição tão definida nesse sentido. Outro aspecto central para o desenho de uma política pública refere-se à atuação integrada das secretarias de governo, o que será abordado a seguir.

## **5.2. Concepção do modelo**

O desenho do modelo de coleta seletiva deve contemplar o reconhecimento do trabalho dos catadores como um serviço estruturante da cadeia da reciclagem, mais especificamente para levar em conta a dimensão de gênero deve-se criar mecanismos participativos para dar voz às mulheres catadoras que atuam na cidade de forma a serem ouvidas e levadas em conta no sentido de viabilizar um modelo sustentável, saudável e solidário de recuperação de resíduos sólidos.

Dado que as catadoras são maioria na atividade de coleta seletiva nas periferias da cidade de São Paulo e de já fazer parte de seu cotidiano a participação nas comunidades e associações locais (e portanto terem uma sensibilidade maior para os problemas e oportunidades no local onde vivem e circulam), o governo municipal deve promover uma ação articulada inter-secretarial nos diversos territórios da cidade de forma a absorver este aporte significativo das mulheres. Assim, a prefeitura deverá estruturar o trabalho cooperativado ou associativo para a organização de um sistema público adequado de recuperação de resíduos sólidos. Outro elemento central nessa estruturação é a descentralização do sistema de coleta seletiva na cidade, que vem sendo defendida pelo pelos diversos movimentos e fóruns que atuam neste campo, pela lógica da sustentabilidade ambiental e econômica. Também do ponto de vista de gênero, a descentralização garante o local de trabalho próximo à moradia, à escola e à creche, ao posto de saúde, reduzindo o tempo com deslocamentos e gastos com transporte, o que é estratégico no desenvolvimento de uma cidadania amigável às mulheres. Isso é conceituado como um bem viver com *justiça de proximidade*<sup>6</sup>.

---

6

A estruturação e organização das atividades nas cooperativas de catadores, por sua vez, possibilitam integrar e mesclar as atribuições e funções nos espaços de trabalho, o que favorece uma divisão do trabalho mais equitativa entre mulheres e homens, impedindo a cristalização da divisão sexual do trabalho tradicional.

A questão da remuneração do trabalho realizado pelas cooperativas e associações de catadores/as pode ser considerada como um aspecto central para a sustentabilidade do modelo de coleta seletiva, dado que apenas com a receita (ingresso) advindo da comercialização dos recicláveis, o funcionamento e manutenção da estrutura operativa das cooperativas e associações não se viabilizam. Mas, o argumento mais importante é o de que o trabalho das cooperativas e associações é estratégico para a gestão sustentável de resíduos sólidos da cidade de São Paulo.

Por fim, há que se estabelecer um núcleo de acompanhamento de políticas de igualdade e equidade de gênero nas políticas públicas, no MNCR e na dinâmica das cooperativas e associações dado que os gestores municipais não percebem a necessidade de políticas que promovam a equidade entre homens e mulheres, ou seja, não percebem que políticas 'neutras', por si só, acabam por reforçar a tradicional divisão sexual do trabalho que justamente reproduz as desigualdades que vivem as mulheres. Vale destacar que no *taller* com os gestores públicos, praticamente a única gestora que se diferenciava era a coordenadora do Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência e sua posição apareceu clara na resposta aos seus colegas quando afirmavam que 'os seres humanos todos são iguais': ela diz que 'o problema é que as mulheres não são vistas como indivíduos plenos e sim como apenas *mães* para os governos'. Apenas a Secretária Adjunta da Secretaria de Meio Ambiente e as técnicas da Habitação destoaram dos demais gestores ao valorizarem de algum modo o conhecimento sobre a contribuição social das mulheres e seus impactos nos níveis de desigualdade.

Por fim, no planejamento do programa de coleta seletiva é preciso levar em conta a articulação mais complexa do uso do tempo e do espaço e da infra-estrutura urbana de forma a contemplar as necessidades das mulheres, o que irá facilitar o cumprimento das diversas tarefas relativas tanto às atividades de coleta seletiva, quanto às suas outras necessidades (deslocamentos, moradia, saúde, educação (especialmente levando em conta os cuidados requeridos pelas crianças), o cuidado com as pessoas idosas e serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero).

---

<sup>1</sup> Noção empregada por Isabelle Guérin no artigo Sociologia Econômica e Relações de Gênero, in Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres, 2003.

### **5.3. Implementação do programa**

O primeiro passo nesta etapa de implementação de um programa de coleta seletiva é realizar um diagnóstico das situações de iniquidade de gênero existente entre os catadores/as avulsos/as e na organização interna das cooperativas e associações de catadores/as, ou seja, identificar as práticas atuais que produzem efeitos discriminatórios e que reproduzem desigualdades, visando propor alterações com a participação das interessadas. Este diagnóstico deve ter caráter participativo e ser realizado de forma inter-secretarial e inter-setorial, contando com especialistas em gênero, lideranças do movimento de mulheres e do MNCR e outros atores que tenham acúmulo no tema.

Conforme os próprios gestores apontaram no debate do tema, é fundamental que se construa um programa de caráter inter-secretarial de forma a viabilizar a *integração de políticas de base territorial*. O programa de coleta seletiva deve ser implementado tendo como referência o território onde as cooperativas e associações já atuam e os demais atores locais que podem interagir com o processo de coleta seletiva e assim fortalecer sua atuação. Isso, além de garantir uma maior eficiência e efetividade na implementação do programa, permite a promoção de ações que tomem em conta as dimensões de gênero, criando sinergia, responsabilização conjunta e possibilitando o melhor acesso a informações centrais para a superação das desigualdades de gênero. Neste sentido, também cabe salientar que as experiências desenvolvidas pelas Secretarias de Habitação, Verde e Meio Ambiente, Saúde, Serviços e Desenvolvimento Econômico e do Trabalho devem ser tomadas como referência institucional de forma a absorver as lições apreendidas, tanto nos seus aspectos positivos quanto nos negativos.

Outro pilar estratégico na implementação do programa de coleta seletiva refere-se à estruturação de uma campanha de sensibilização da sociedade para separar e disponibilizar adequadamente seus resíduos. As catadoras jogam um papel central no desenvolvimento dessa campanha visto que elas já atuam como agentes de sustentabilidade porque adotam a perspectiva do cuidado com o outro e com o entorno como algo essencial para a produção do viver. Essa habilidade deve ser tomada como uma qualificação pró-ativa junto à comunidade no sentido de atuarem como agentes de mudança de atitudes da população e dos organismos públicos favoráveis à necessária capacitação de todos para a separação do material reciclável desde os locais de moradia.

Por fim, um elemento estratégico na implementação de uma política pública de coleta seletiva com integração de cooperativas e associações de catadores/as é estruturar um programa de capacitação para equidade de gênero que leve em conta os seguintes temas: a distribuição equitativa do trabalho entre mulheres e homens - a relação do espaço doméstico e

do espaço de trabalho remunerado a partir da compreensão da combinação das rotinas e trajetórias implicadas na vida doméstica e na profissional, ou seja, entre o âmbito público e o privado. A capacitação deve tornar visível a assimetria da divisão de responsabilidades dentro da família e no ambiente de trabalho. Ao se compreender estas relações se explicitará o déficit de sociabilidade e de autonomia das mulheres, especialmente daquelas com filhos/as, com ou sem cônjuges. Uma formação dessa natureza facilita o entendimento das desigualdades de gênero, da desqualificação das atividades domésticas e de trabalho das mulheres catadoras, assim como da violência contra as mulheres. Em caráter emergencial e transitório, ou seja, enquanto não se implementam políticas públicas que assegurem as devidas condições de reprodução da vida, com compartilhamento igualitário, como dito no item 2.3 desse documento, a adoção de horários flexíveis de trabalho, nas cooperativas e associações, pode ser considerada como uma saída para o atendimento das necessidades das mulheres em relação ao cuidado com seus filhos/as e realização do trabalho de forma eficiente.

#### **5.4. Acompanhamento e avaliação do programa**

Fazer um seguimento da situação das mulheres catadoras avulsas e cooperadas/associadas do ponto de vista da alteração mais igualitária da atual divisão sexual do trabalho permitirá a redefinição permanente do programa de forma a impedir que se reproduzam as desigualdades de gênero ou reapareçam de novas formas.

Em síntese, a partir do conjunto dos elementos acima colocados, pode-se enfrentar ao mesmo tempo a geração de trabalho e renda, a sustentabilidade ambiental urbana e a superação das desigualdades de gênero no processo de desenho, implantação e avaliação de uma política pública municipal de coleta seletiva e de gestão de resíduos urbanos.

### **6. Recomendações para políticas de resíduos sólidos urbanos com equidade de gênero**

Dado que foi sancionada e regulamentada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Nº 12.305/2010 a prefeitura de São Paulo deverá, assim como os demais municípios do país, promover as devidas adequações no desenho da política pública de resíduos sólidos vigente na cidade.

As recomendações a seguir foram extraídas dos conteúdos levantados na pesquisa e abordam a capacitação, estratégias para ação e a pesquisa científica.

## **6.1. Capacitação**

### **Estratégias metodológicas para formação**

- Estratégias para formação e capacitação de lideranças tanto do movimento de catadores quanto de lideranças de cooperativas: a metodologia deve conceber as mulheres catadoras como agentes de sustentabilidade, a partir da perspectiva do cuidado com o outro e com o entorno. A qualificação pró ativa das mulheres à comunidade tornam-se agentes de mudança de atitudes da população e dos organismos públicos favoráveis à necessária capacitação de todos para a separação do material reciclável desde os locais de moradia.
- O movimento de catadores deverá promover a socialização das catadoras para a tomada de decisões e avanço das oportunidades objetivas para postos de decisão a serem compartilhados nas cooperativas de catadores.
- Os/as catadores/as avulsos/as participam da venda coletiva de seus materiais, na condição de participar nas oficinas de capacitação promovida pelas cooperativas e associações e/ou pelo MNCR.
- Os cooperados/as ou associados/as devem considerar a formação como uma atividade que faz parte da jornada de trabalho.
- As cooperativas e associações devem criar momentos de discussão em grupo e mesmo atividades físicas que possibilitem a auto-percepção do corpo, seus limites e a identificação de problemas comuns.
- Estabelecer a relação entre degradação ambiental e exploração do trabalho gratuito das mulheres ambas resultantes do mesmo modelo em que os recursos naturais e o trabalho das mulheres são considerados como disponíveis indefinidamente. Enfim, enfrentando a discussão de sustentabilidade de modo ampliado.

### **Conteúdos**

- Compreensão das relações de gênero como eixo estruturante das relações sociais em todos os âmbitos.
- Reconhecimento da qualificação das mulheres catadoras nas atividades de triagem como eixo estruturante da cadeia da reciclagem e como uma especialização.
- Empoderamento das catadoras para as atividades de negociações e para a gestão financeira da cooperativa.
- Desnaturalização do papel das mulheres como única responsável pelos cuidados com crianças, idosos e afazeres domésticos, pelo debate do conceito de divisão sexual do trabalho.

- Conhecimento dos fundamentos sociais da violência de gênero.
- Construção da autonomia das mulheres no campo do trabalho, da saúde, da educação, do direito ao lazer e dentro da família.

## **6.2. Estratégias de ação**

### **Poder público**

- Estimular a repartição das responsabilidades familiares por meio do provimento de equipamentos sociais e serviços públicos, em consonância com documento da OIT “Trabalho e Família: Novas formas de conciliação com Co-Responsabilidades Familiares” (2009). Criar mais condições de participação das mulheres catadoras nos espaços públicos. Além disso, a OIT recomenda que seja estendida às trabalhadoras informais a legislação das trabalhadoras formalizadas como as Leis sobre licença maternidade ou licença parental. No caso das cooperativas formalizadas sabe-se que apenas os 11% da Previdência social relativos à aposentadoria são descontados da retirada dos/das trabalhadoras/es.
- Incluir em todas as etapas na agenda da política pública de resíduos sólidos urbanos indicadores da situação das mulheres catadoras em relação à situação dos homens catadores (análise comparativa entre os sexos).
- Desenvolver políticas públicas de igualdade e equidade de gênero no âmbito municipal.

- Desenvolver uma política de atuação em rede intersecretarial e intersetorial para prevenir e enfrentar violência contra as mulheres que articule os serviços locais de atendimento a mulheres vítimas de violência. Propor junto ao Comitê de Apoio do Programa Coleta Seletiva Solidária (já existente) a construção de um Grupo de Trabalho para impulsionar as questões de gênero junto às diversas secretarias e, especialmente, apoiar ações de capacitação das mulheres no exercício do trabalho. Dentre outras ações, preparar profissionais mais conscientes e com maior capacidade de resposta diante de práticas discriminatórias sexistas e racistas.
- Criar um Comitê Intersetorial e Intersecretarial - representantes de secretarias de governo e de redes e movimentos da sociedade civil – para o acompanhamento de políticas de igualdade e equidade como um instrumento de controle social.



### **Movimento de Catadores/as e Cooperativas**

A estratégia das lideranças femininas do movimento de catadores e de suas cooperativas para enfrentamento do trabalho precário vem sendo fortalecer a defesa da proteção social das catadoras avulsas ou cooperadas no Fórum Itinerante de Mulheres em Defesa da Seguridade Social – FIPSS. O conjunto dos movimentos de mulheres, desde 2007, está em permanente mobilização pelos direitos das mulheres, da população negra e dos segmentos hoje inseridos no mundo do trabalho e submetidos à desproteção social, tais como as catadoras: *“As trabalhadoras informais das cidades, trabalhando em condições precárias e insalubres como as catadoras avulsas, especialmente as negras e com mais de 50 anos que estão à margem do sistema contributivo da Previdência Social: catadoras, ambulantes, donas de casa, feirantes...”*

7

## **Cooperativas**



- Desenvolver redes de solidariedade e cooperação entre as catadoras para enfrentamento de problemas que vão se configurando no dia a dia, ou seja, criar mecanismos de socialização e troca de experiências, inclusive sobre a divisão do trabalho entre mulheres e homens, o que deveria ter lugar em momentos especialmente criados dentro da jornada de trabalho, de modo sistemático, em busca de soluções compartilhadas.
- Do ponto de vista sócio-econômico é fundamental ter em vista os distintos grupos de catadoras e seus variados arranjos familiares, lembrando das chefes de família e das mulheres com mais de 40 anos; avós catadoras que cuidam ou ajudam na sustentação dos netos; mulheres em situação de vulnerabilidade ou vítimas de violência doméstica que não correspondem ao modelo tradicional de família (mães e pais com os filhos morando juntos e o casal trabalhando junto). Grande parte das catadoras entrevistadas são chefes de família, sem o cônjuge, ou seja, são famílias monoparentais chefiadas por mulheres.
- Articular a experiência de incubação de cooperativas de catadores/as desenvolvida em diversas universidades no processo de requalificação do programa de coleta seletiva.
- Considerar a flexibilização nos horários de trabalho para as catadoras/es com responsabilidades familiares.

## **Pesquisa tecnológica e estudos técnicos**

---

<sup>1</sup> Carta Convocatória dos movimentos de mulheres para o Fórum Paralelo dos Movimentos Sociais em Defesa da Seguridade Social. 2010. Processo que acompanha e discute no parlamento federal e junto ao governo a Reforma da Previdência no Brasil.

Planejar o desenho dos equipamentos usados nas cooperativas tendo em conta as diferenças ergonômicas etc (ex. luvas específicas para mulheres). Essa pesquisa está em andamento no Ministério de Ciência e Tecnologia. Outras demandas por equipamentos poderão ser alvo de pesquisas em universidades, tais como está sendo feito na Unicamp (Campinas, São Paulo) que pesquisa sobre a incubação de cooperativas. Também poderão desenvolver pesquisas e estudos para qualificar o trabalho técnico dos catadores a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao MDS e o IPEA, vinculado à Secretaria nacional de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

## **7. Referências bibliográficas**

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, nº 82, 2001. Barcelona.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia Econômica e relações de gênero. In: GODINHO, T. E EMÍLIO, M. (orgs) *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. PMSP, 2003.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OIT. *Trabalho e Família: Novas formas de conciliação com Co-Responsabilidades Familiares*. Brasília: PNUD/OIT/SPM, 2009. Publicado também em espanhol.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. E MEYER, D. (orgs) *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, M.L. E TITO, N. (orgs) *Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008.

SAGOT, Montserrat. A rota crítica da violência intrafamiliar em países Latinoamericanos. IN Menegol, S. (org.) *Rotas Críticas. Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2007, Rio Grande do Sul, Brasil.

## **8. Anexo**

### **Pequeno Glossário Conceitual**

#### **Relações sociais de sexo\gênero:**

“São construções sociais que têm uma base material e que se expressam nos diversos âmbitos da vida social, um tratamento contraditório segundo o sexo, hierarquizando as práticas sociais” (Kergoat, 1996).

#### **Relações de sexo\gênero pressupõem:**

1. uma ruptura radical com explicações biologizantes das diferenças entre os sexos ou das práticas sociais entre masculinas e femininas;
2. uma ruptura com modelos supostos universais;
3. na afirmação de que tais diferenças são construídas socialmente e que essa construção tem uma base material (no sentido de condições materiais de existência) e não só ideológica ou cultural;
4. que elas são passíveis de serem apreendidas historicamente;
5. na afirmação de que estas relações sociais repousam em princípio e antes de tudo uma relação hierárquica (assimétrica) entre os sexos;
6. que se trata, evidentemente, de uma relação de poder. (Kergoat, 1996,p.21).

As relações sociais de gênero existem em todos os lugares e em todos os níveis do social. Essa abordagem deve, portanto, se integrar em uma análise global da sociedade, contribuir para fazê-la avançar (não se trata de integrar passivamente) e se articular aos outros elementos da dinâmica social.

#### **Trabalho precário:**

Segundo a PNAD\IBGE, 2008, no Brasil, a inserção econômica de 43% das mulheres ocupadas estava em postos de trabalho com maior vulnerabilidade e menor nível de proteção social.

Políticas para mulheres muitas vezes têm se restringido aos marcos da vulnerabilidade, inclusão ou anti-discriminação.

*“O próprio capitalismo se adapta para incorporar as mulheres de forma precarizada e barata. Desse modo, as mulheres ocupam hoje grande parte dos trabalhos informais e em tempo parcial, o que permite aos empresários expropriar a parte mais intensa da força de trabalho, ao mesmo tempo em que abre para elas a possibilidade de 'conciliar' trabalho doméstico e profissional, como é o caso das teleoperadoras (...)”* (Freitas, T.V.SOF, 2007) *“No caso das*

*costureiras à domicílio que conciliam com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos”. “No entanto, ele é marcado por um elevado grau de precarização e instabilidade para as trabalhadoras, ao mesmo tempo em que favorece o empregador, pois lhe permite reduzir os custos da produção”.*

Segundo Antunes (1999 *apud* Espósito e Fonseca e Espósito, 2002, p.5: “O capital re-configurou uma nova divisão sexual do trabalho. Nas áreas onde é maior a presença de capital intensivo, de maquinário mais avançado, predominam os homens. E nas áreas de maior trabalho intensivo, onde é maior ainda a exploração do trabalho manual, trabalham as mulheres”.

A cadeia produtiva da reciclagem se estrutura sobre o trabalho precário realizado por catadores\as avulsos\as ou por associações e cooperativas incipientes de trabalhadores. O mercado de recicláveis é até agora, desprovido de regulação do Estado e sustentado em grande medida por um contingente de trabalhadores e trabalhadoras socialmente desprotegidos\as. Situação que pode mudar a partir da aprovação da Lei Federal 11.445 de 2007 e sua entrada em vigor em 2011.

O MNCR estima que o quadro de catadores é composto em 75% de mulheres (estimativa de 2008).

Segundo só dados da PNAD, a maioria das mulheres exercem o trabalho precário, isto é, sem qualquer regulamentação e proteção social que limite o grau de exploração e garantia de direitos trabalhistas como as de trabalhadoras do setor informal, e de serviços, bem representada pelas trabalhadoras ambulantes, catadoras, empregadas domésticas etc.

#### **Flexibilidade:**

Flexibilidade tem um sentido contraditório, significando por um lado, a possibilidade de melhor conjugação entre atividades 'produtivas' e 'reprodutivas' (no sentido econômico convencional) e, por outro, essa flexibilidade combinada com um maior nível de exploração. (Wirth, 2010). A atenção consciente às relações de gênero dentro das cooperativas pode ser um caminho para a construção da justiça de gênero, ou seja, de equidade, na direção de maior igualdade entre mulheres e homens.

Ou seja, na direção da 'flexibilidade' no sentido de menor pressão sobre as mulheres e não no sentido da literatura da crítica à flexibilidade identificada à precariedade das condições de trabalho ou do trabalho duplicado das mulheres, isto é, sem rever a repartição das responsabilidades domésticas e de cuidados entre homens e mulheres.

Distinguir de flexibilização no sentido das políticas neoliberais de destituição de direitos abraçadas sobretudo por governos na América Latina nos anos 1990 (ver Harvey, D., 1992).

#### **A divisão sexual do trabalho:**

É um princípio organizador do mundo do trabalho (Kergoat, 2002).

Segundo Hirata (2003) é somente a partir de uma análise articulada entre a esfera doméstica e a esfera reprodutiva que se têm uma chave explicativa para o lugar e a forma como as mulheres se inserem no mercado de trabalho.

Segundo as autoras Hirata e Kergoat, diversas pesquisas empíricas comprovam que há dois princípios que organizam a divisão sexual do trabalho. O primeiro é o princípio da separação: existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres. O segundo é o da hierarquia: o trabalho masculino é considerado mais importante e mais valorizado que feminino (Kergoat,2002).

*“A divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres é em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres (...) o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção ‘vale’ mais do que reprodução, produção masculina vale mais do que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas). Esse problema do “valor” do trabalho – termo empregado aqui em sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – atravessa a nossa reflexão: ele induz a uma hierarquia social”.* (Hirata, 2003, p.113).

Costuma haver uma desqualificação social das competências femininas, associadas à naturalização das diferenças entre mulheres e homens.

O que se pretende com a incorporação do recorte de gênero é o desenho de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero que se pautem nas mulheres como sujeitos autônomos. O seja, na direção do que se pode chamar de justiça de gênero. (Guzmán, V., CEPAL, 2001 e 2003). Autonomia pessoal e econômica – no sentido filosófico: *Auto nomos -dar-se a si mesmo a regra.*

#### **Políticas Públicas e a articulação entre trabalho e família:**

“É preciso explorar em que medida as políticas aumentam a autonomia individual das mulheres, tendo como referência a ampliação dos níveis de participação no mercado de trabalho e a qualidade dessa inserção. Consideramos que há correlação positiva entre participação no mercado de trabalho e autonomia, uma vez que o aumento sob condições favoráveis, do nível de emprego das mulheres permite diminuir a dependência econômica destas em face aos homens, em sociedades cuja existência está fortemente mediada pelo mercado”. (Sorj, B. e Fontes, A, 2010)

“O emprego formal também se torna mais provável quando os filhos estão na creche ou pré-escola. (...) Evidencia-se que a pré-escola, no Brasil, é um mecanismo eficiente na articulação entre família e trabalho, pois, além de possibilitar que as mães trabalhem, e trabalhem mais, permite uma melhor inserção delas no mercado de trabalho.”

“(…) O efeito da creche na articulação do tempo entre trabalho e família parece ser ainda mais eficaz para as mulheres com filhos menores. Aquelas que têm filhos de quatro a seis anos em creches ou na pré-escola conseguem trabalhar uma hora a mais na semana do que as que não os têm.”

O impacto da creche no aumento da participação das mães no mercado de trabalho e na qualidade dessa inserção é mais forte entre os pobres, mas ocorre em todas as camadas sociais.

“(…) Assim, podemos sustentar que o acesso à educação infantil tem um amplo potencial para promover um trabalho mais bem remunerado das mães e para inseri-las em ocupações de melhor qualidade. (idem, ibidem, p.70).”

Necessidades práticas (arranjos táticos das mulheres entre si para resolver necessidades imediatas) e interesses estratégicos (estratégias para superar as desigualdades de gênero na direção da autonomia econômica das mulheres.

#### **Necessidades práticas das mulheres:**

Referem-se às necessidades derivadas das situações materiais da vida das mulheres. As necessidades práticas se distinguem porque se vinculam às necessidades básicas não satisfeitas, isto é, dizem respeito à situação socioeconômica que caracteriza o nível de vida e de bem estar material das mulheres. Por exemplo, a precariedade e o baixo acesso ao trabalho; carências de saúde, moradia, pobreza etc.

#### **Interesses estratégicos das mulheres:**

Referem-se às causas das desigualdades e discriminação em relação às mulheres, ou seja, em relação à condição e posição das mulheres na sociedade. Aos processos, mecanismos e medidas orientadas a gerar mudanças nas relações hierárquicas e desiguais que existem entre mulheres e homens. Essas mudanças demandam um prazo maior e uma intervenção consciente e se distinguem porque implicam em modificar os papéis estabelecidos a mulheres e homens na direção de uma maior equidade\igualdade entre os gêneros.

(Adaptação do Grupo Iniciativa Mulheres. Por el Derecho a Tener Derechos. Santiago, 2001).

*Apud Moser, Caroline, 1986. A theory and methodology of gender planning: meeting practical and strategic gender needs.*